

Plantar árvores – uma decisão política?

Nelson Barboza Leite *

O Brasil está perdendo uma excelente oportunidade para gerar milhares de empregos e aumentar consideravelmente a renda dos produtores rurais. Ao mesmo tempo, está colocando em risco o que ainda resta das reservas florestais naturais. Não faltam diagnósticos setoriais, estudos de mercado, levantamentos estatísticos, para chegar à

conclusão de que precisamos, urgentemente, promover condições favoráveis para plantar árvores!

Em todos os congressos, reuniões técnicas, seminários e fóruns nacionais e internacionais, é impossível deixar de ouvir menções a respeito das preocupações e da inevitável necessidade de proteger e ampliar florestas. Replantar é de vital importância ao homem, à economia, à manutenção da biodiversidade, etc. E não

faltam citações sobre as mais diversas formas que países adotam para incentivar e motivar os produtores rurais a plantar árvores.

Tudo isso, no entanto, causa-nos uma grande preocupação. É difícil aceitar, no caso brasileiro, que a atividade florestal, imprescindível para vários segmentos econômicos – que representa quase 3% do PIB, mantém mais de 1 milhão de empregos diretos e indiretos, gera anual-

mente mais de R\$ 2 bilhões em impostos e beneficia econômica e socialmente cerca de seiscentos municípios brasileiros –, não consiga ser contemplada com um programa próprio para seu desenvolvimento e estabilização.

Existe a convicção geral de que não faltam informações nem sensibilidades técnicas aos responsáveis do Executivo Federal, para entender e aceitar a importância de valores diretos e indiretos da atividade florestal. Aparentemente, todos têm a sensação de que tudo está certo e definido. Mas, na verdade, necessita do mais importante: recursos disponíveis com prazos e custos de financia-

Replantar é de vital importância ao homem, à economia e à biodiversidade

mentos compatíveis com a atividade e sem a pressão burocrática que limita o acesso ao pequeno e médio produtor rural. Realmente, sem dinheiro é inviável qualquer programa. Com aproximadamente R\$ 400 milhões por ano, certamente ele seria implemen-

tado e tornaria possível duplicar a oferta de madeira industrial para atender à futura demanda interna do País (estimada em 240 milhões de metros cúbicos no ano de 2010, ante os 106 milhões de metros cúbicos consumidos em 1996).

Do contrário, nosso país, cuja vocação florestal está presente até em seu nome, deixará de potencializar suas vantagens comparativas, representadas pelo clima, solo, mão-de-obra, tecnologia e produtividade. É preciso plantar árvores hoje para colher daqui a sete anos e assim evitar que o Brasil apresente déficits de madeira industrial e volte a ser importador líquido de produtos de base florestal.

O setor não espera que os recursos sejam disponibilizados gratuitamente. No entanto, deve-se respeitar o longo prazo de maturação dos investimentos, pois uma floresta bem formada e bem localizada é negócio seguro e lucrativo! Há mecanismos, até pelas experiências anteriores, que permitem a adoção de medidas seletivas e preventivas para haver garantia do sucesso de novos empreendimentos. Existem instru-

mentos funcionando, por meio do próprio BNDES, que, com as devidas adaptações, poderão atender às necessidades setoriais.

Ainda assim, continua a dúvida: o que está faltando

Por que o governo não define logo o Programa Florestal Brasileiro?

para o governo definir e proclamar esse tão discutido Programa Florestal Brasileiro? Há pouco, após dezenas de reuniões realizadas nos últimos dois anos (Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Belém, Salvador etc.), ficou evidente que plantar mais árvores só será possível por meio de uma efetiva decisão política.

A Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), entidades e associações congêneres do setor esperam que o poder público rapidamente adote e viabilize ações concretas para impulsionar um novo ciclo de investimento florestal no Brasil. ■

* Engenheiro agrônomo e presidente da Sociedade Brasileira de Silvicultura.

4/6/97
A-2